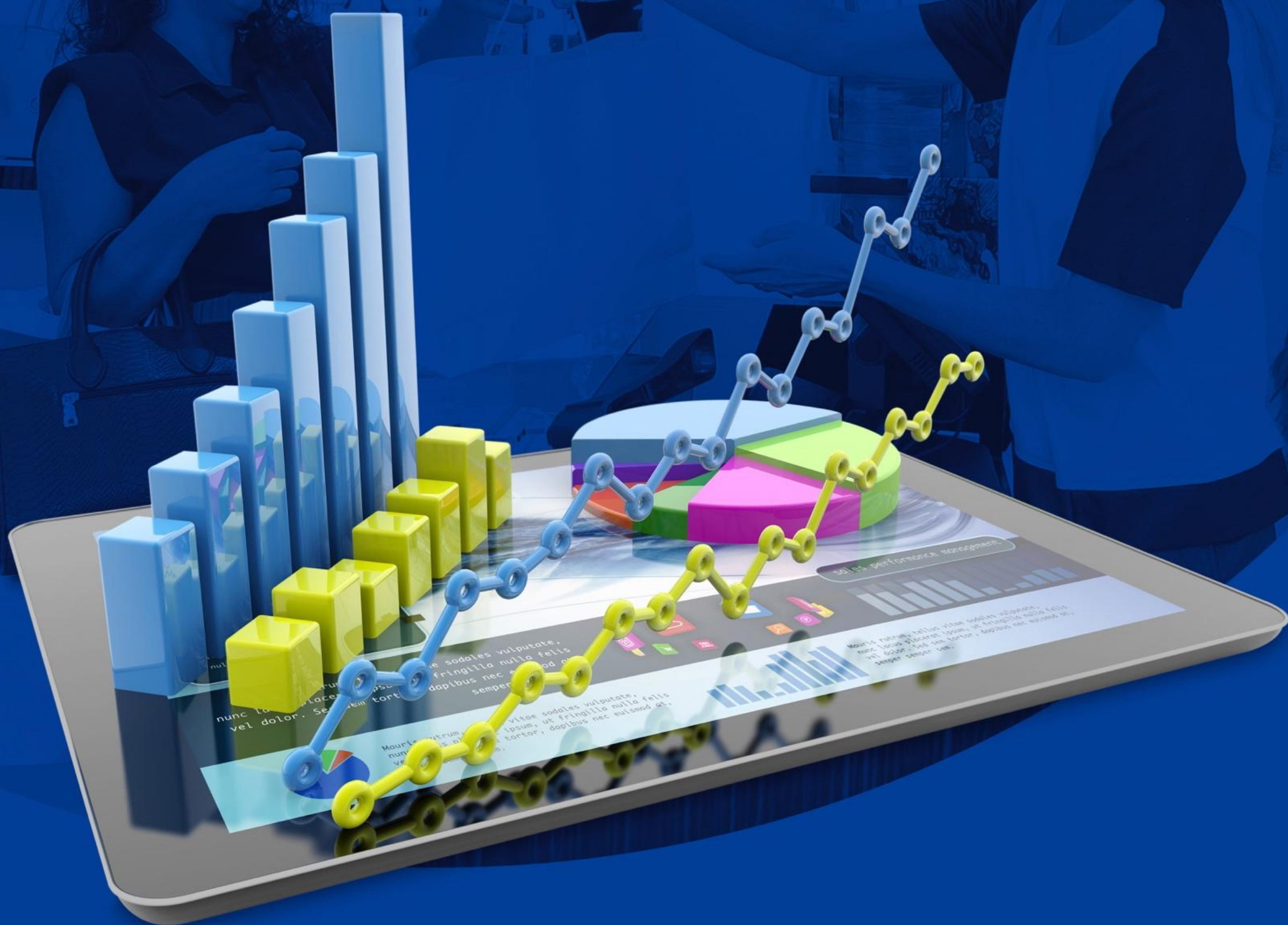




PANORAMA DO COMÉRCIO

Março / 2026



RESUMO

PIB BRASILEIRO DESACELERA E CRESCE 2,3% EM 2025, COM PERDA DE RITMO DO SETOR DE SERVIÇOS E AVANÇO DO AGRO TENSÕES GEOPOLÍTICAS GERAM VOLATILIDADE NOS MERCADOS E ADICIONAM NOVAS INCERTEZAS NO CENÁRIO DE INFLAÇÃO

Dados do IBGE oficializaram o desempenho da economia brasileira em 2025. Como apontavam as projeções, o PIB cresceu, mas a um ritmo mais modesto que o observado em anos anteriores e abaixo da média global. O crescimento foi de 2,3% em 2025, ante 3,4% em 2024. A desaceleração da econômica é efeito do ciclo de alta de juros, que começa a ser revertido. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa básica de juros cresceu 5,5 pontos percentuais, chegando a 15% ao ano, o que encareceu o crédito tanto para as famílias quanto para as empresas.

Mesmo com esperada redução dos juros, o efeito sobre a atividade econômica não deve ser imediato. Isso porque o impacto da política monetária sobre a economia ocorre com defasagem. Diante desse cenário, as projeções apontam que a economia seguirá em passo mais lento ao longo do ano. O acirramento das tensões geopolíticas adiciona algumas incertezas a esse cenário.

Panorama do Comércio

**0,9%**

Crescimento das vendas do varejo ampliado (jan-26 ante jan-25)

**0,4%**

Crescimento das vendas do comércio varejista (jan-26 ante jan-25)

**2,8%**

Crescimento das vendas de Veículos, motocicletas e peças (jan-26 ante jan-25)

Panorama Macro

**4,4%**

Inflação acumulada nos 12 meses encerrados em fev-26

**5,1%**

Taxa de desemprego no 4º trimestre de 2025

**12,13%**

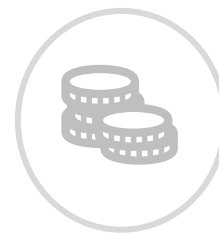
Projeção para a taxa SELIC em dez-26

Nas últimas semanas, o aumento do preço do petróleo, diretamente relacionado com essas tensões, fez o mercado se dividir com relação ao tamanho do corte de juros a ser realizado pelo Banco Central, em razão das consequências inflacionárias da guerra.

Os primeiros dados do comércio referentes a 2026 mostram que as vendas do setor cresceram em janeiro, tanto na comparação com mês anterior quanto na comparação com janeiro de 2025. Ainda é cedo para avaliar se essa tendência será mantida, mesmo com a perspectiva de queda dos juros.

Por fim, no quadro do consumidor, constata-se que a confiança segue distante da marca do otimismo e os níveis de endividamento e inadimplência seguem elevados. A boa notícia vem do mercado de trabalho que, apesar da redução no ritmo de criação de vagas formais, exhibe uma taxa de desemprego historicamente baixa.

Termômetro do consumidor



1,1%

Crescimento do Indicador de Intenção de Consumo (CNC)



86,9 pontos

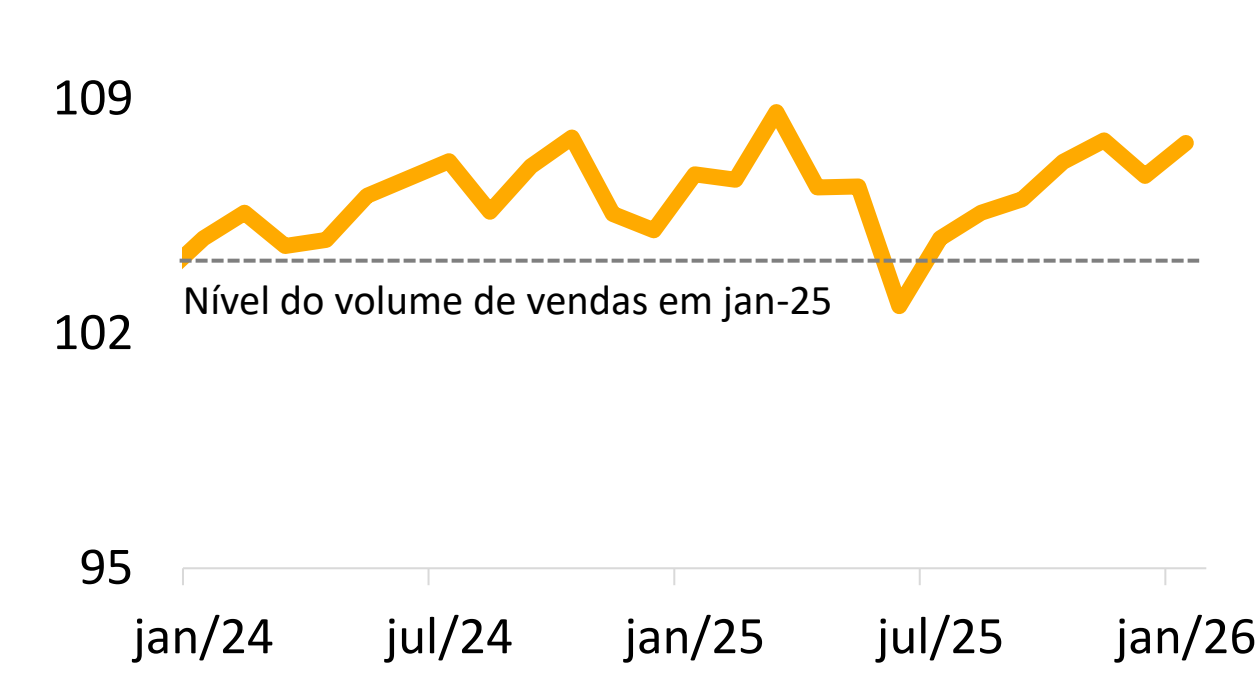
Indicador de Confiança do Consumidor em fev-26 (índice de zero a 200)

VENDAS DO COMÉRCIO

Em janeiro de 2026, vendas do comércio superam os resultados do mesmo mês do ano anterior; corte de juros deve ter efeito defasado sobre vendas do setor

Vendas do Varejo Ampliado

Número Índice (2022 = 100)



Dados apresentados pelo IBGE mostram que as vendas do comércio avançaram em janeiro de 2026, na comparação com o mês imediatamente anterior. No comércio varejista, o crescimento das vendas foi de 0,4%; já no varejo ampliado, o avanço foi de 0,9%. Vale lembrar que, em dezembro de 2025, as vendas do comércio recuaram na comparação com novembro, sugerindo a antecipação das compras de natal.

Na comparação com janeiro de 2025, os dados mostram um crescimento de 2,8% no comércio varejista. Já no varejo ampliado, o crescimento nessa base de comparação foi de 1,1%. O setor do comércio vem de uma desaceleração no ritmo de crescimento das vendas que refletiu o cenário de aumento dos juros e de aumento do endividamento, apesar do bom desempenho do mercado de trabalho e da renda do trabalho. Para 2026, espera-se a redução da taxa básica de juros. Os efeitos sobre o comércio não devem, contudo, ser imediatos. O comércio varejista é uma segmentação que desconsidera as vendas de atividades comerciais mais específicas, como a de veículos e materiais para construção; o varejo ampliado inclui todas as atividades comerciais. Os dados a seguir apresentam a evolução das vendas com detalhamento das atividades comerciais.

O que compara		Comércio Varejista	Varejo Ampliado
Variação mensal com ajuste sazonal	Compara o resultado de um mês com o mês imediatamente anterior	0,4%	0,9%
Variação anual	Compara um mês com o mesmo mês do ano anterior	2,8%	1,1%

VENDAS DO COMÉRCIO POR SEGMENTO

Em janeiro de 2026, vendas de veículos e materiais para construção crescem na comparação com dezembro de 2025, mas recuam ante janeiro de 2025

Na comparação entre janeiro de 2026 e dezembro de 2025, observa-se que as vendas de “Materiais para construção” e “Veículos, motocicletas, partes e peças” lideraram o crescimento, com alta de, respectivamente, 3,4% e 2,8%. Ao longo de 2025, essas atividades comerciais registraram recuo das vendas. Na comparação entre janeiro de 2026 e o mesmo mês do ano anterior, o destaque foi de “Móveis e eletrodomésticos” e “Materiais para escritório”, que registraram alta de 6,1% e 5,6%. Em seguida, aparecem os segmentos de “Artigos médicos e farmacêuticos (5,1%)” e “Hipermercados e Supermercados” (2,9%). Das 11 atividades segmentadas pelo IBGE, sete registraram alta e quatro registraram recuo das vendas na comparação entre janeiro de 2026 e o mesmo mês do ano anterior. Nessa base de comparação, as vendas de veículos recuaram 3,3%, mesmo com o crescimento mensal.

Segmento do comércio	Acumulado no ano	Mensal
 Móveis e eletrodomésticos	6,1%	0,0%
 Materiais para escritório	5,6%	-9,3%
 Artigos médicos e farmacêuticos	5,1%	2,6%
 Hipermercados e supermercados	2,9%	0,4%
 Outros artigos de uso pessoal e doméstico	2,5%	1,3%
 Atacadista de alimentação e bebidas	2,0%	-
 Tecidos, vestuário e calçados	0,8%	1,8%
 Combustíveis e lubrificantes	-0,4%	-1,3%
 Materiais para construção	-2,3%	3,4%
 Veículos, motocicletas, partes e peças	-3,3%	2,8%
 Livros, jornais, revistas e papelaria	-3,4%	-1,8%

PIB DE 2025

PIB reduz ritmo de crescimento e avança 2,3% em 2025; setor de serviços desacelera e agronegócio se beneficia de condições climáticas favoráveis



R\$ 12,7 tri

Valor corrente do PIB em 2025

Ótica da produção

Crescimento em 2025

PIB 2,3%

Agropecuária 11,7%

Serviços 1,8%

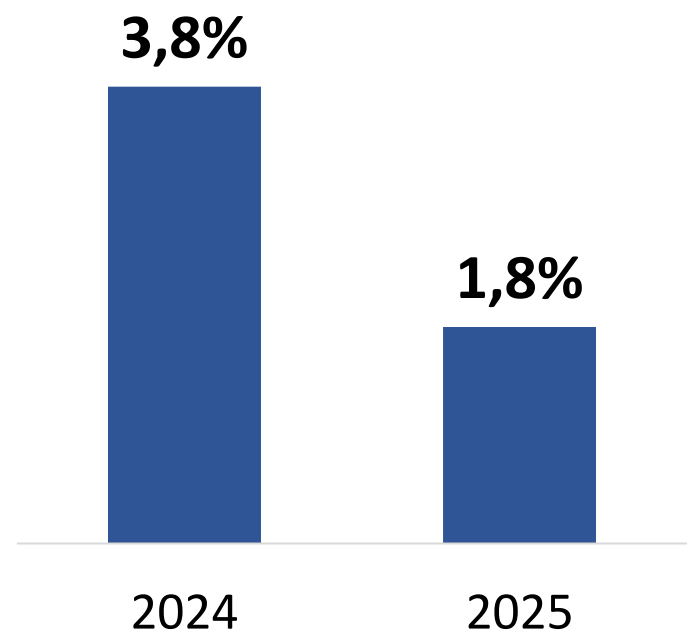
Comércio 1,1%

Indústria 1,4%

O IBGE divulgou os dados Produto Interno Bruto (PIB) em 2025. O PIB representa o valor monetário dos bens e serviços produzidos em dado período de tempo. De acordo com o IBGE, em 2025, o PIB brasileiro cresceu 2,3%. Para comparação, informações do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam que o crescimento do PIB global foi de 3,3% em 2025. Com relação ao crescimento registrado em anos anteriores, o dado mais recente mostra uma desaceleração do PIB, refletindo o cenário de juros mais elevados. A abertura dos dados pela ótica da produção mostra que o PIB de serviços cresceu 1,8%, registrando desaceleração com relação ao crescimento de 2024, quando o PIB do setor cresceu 3,8%. Por sua vez, o PIB do comércio registrou avanço de 1,1% em 2025. Do lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 1,3%, com um avanço abaixo do observado em 2024. A exceção foi o PIB do agronegócio, que registrou crescimento expressivo de 11,7%, impulsionado pelas condições climáticas favoráveis.

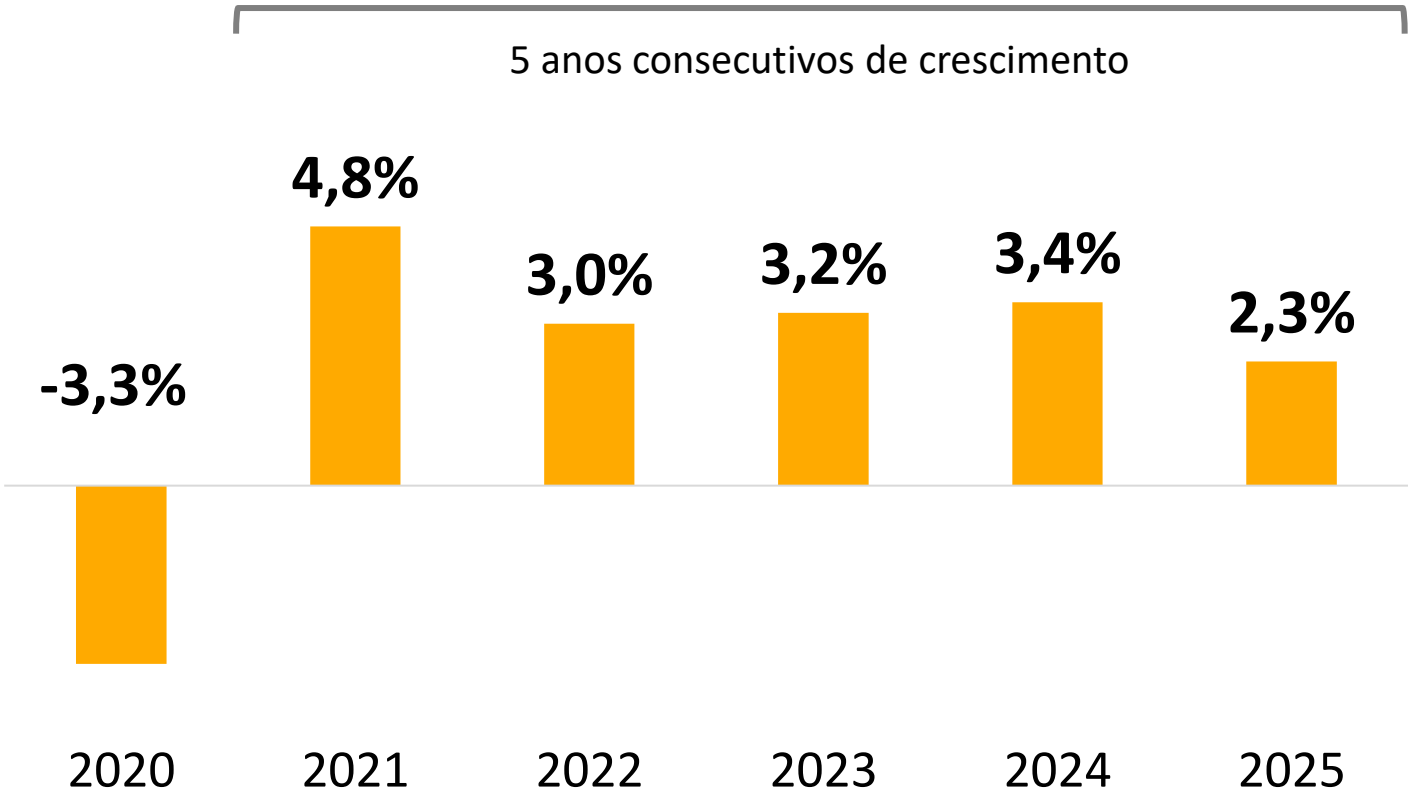
PIB de serviços

Crescimento do PIB de serviços



Produto Interno Bruto (PIB)

Série histórica | Número índice (média mensal de 1995 = 100)



MERCADO DE TRABALHO

Com o encerramento de contratos temporários, comércio registra saldo negativo de criação de vagas em janeiro; taxa de desemprego registra o menor valor da série histórica

Em janeiro de 2026, cerca de 112 mil vagas formais foram criadas na economia brasileira, aponta o CAGED. Esse número mostra a diferença entre o total de admissões e demissões ocorridas no período. O número ficou abaixo do observado nos meses de janeiro de 2025 e 2024. O detalhamento dos dados por setor revela que, à exceção do comércio, todos os demais registraram saldos positivos. No comércio, o saldo de fechamento de vagas formais foi de 56.800. Esse é um fenômeno típico do setor em janeiro e reflete o encerramento dos contratos temporários de fim de ano. Os dados do CAGED contemplam apenas os contratos formais de trabalho. Já os dados do IBGE mostram o mercado de trabalho de maneira geral, incluindo a informalidade. De acordo com o IBGE, o número de brasileiros exercendo alguma ocupação profissional chegou a 103 milhões no 4º trimestre de 2025. Já o número de desempregados foi estimado em 5,5 milhões. Com isso, a taxa de desemprego foi estimada em 5,1%, alcançando o menor valor da série histórica.

5,1%

Taxa de desemprego no 4º trimestre de 2025



103 milhões

Número de brasileiros ocupados na força de trabalho no 4º trimestre de 2025



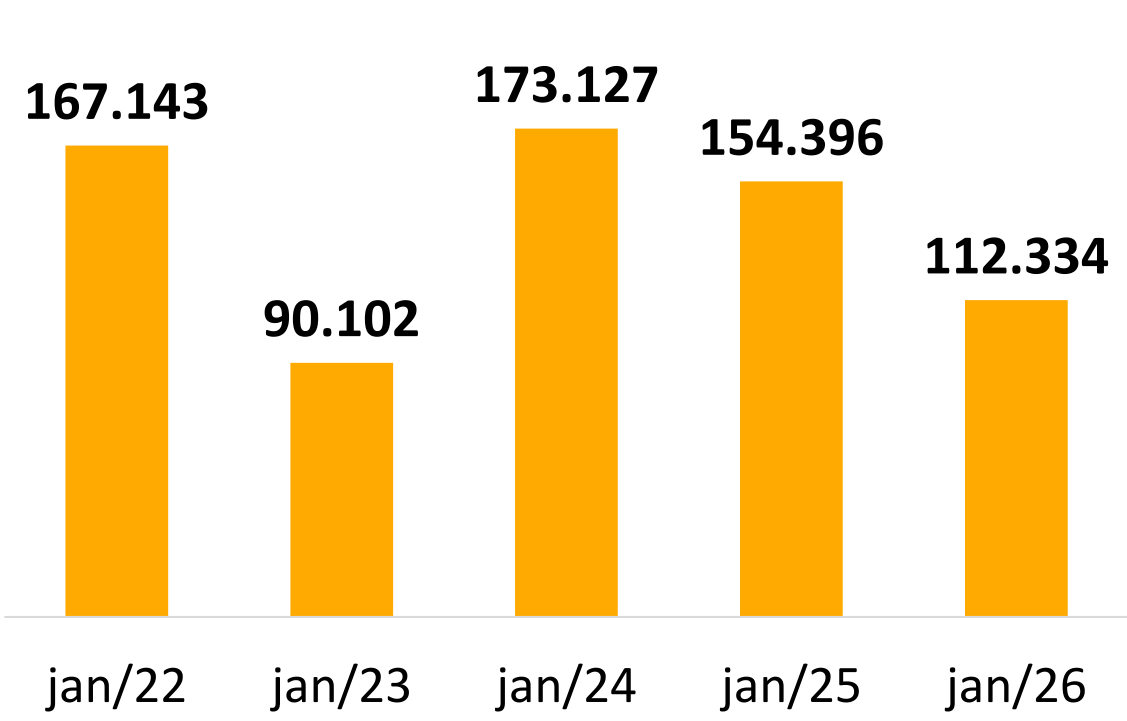
5,5 milhões

Número de brasileiros desempregados no 4º trimestre de 2025



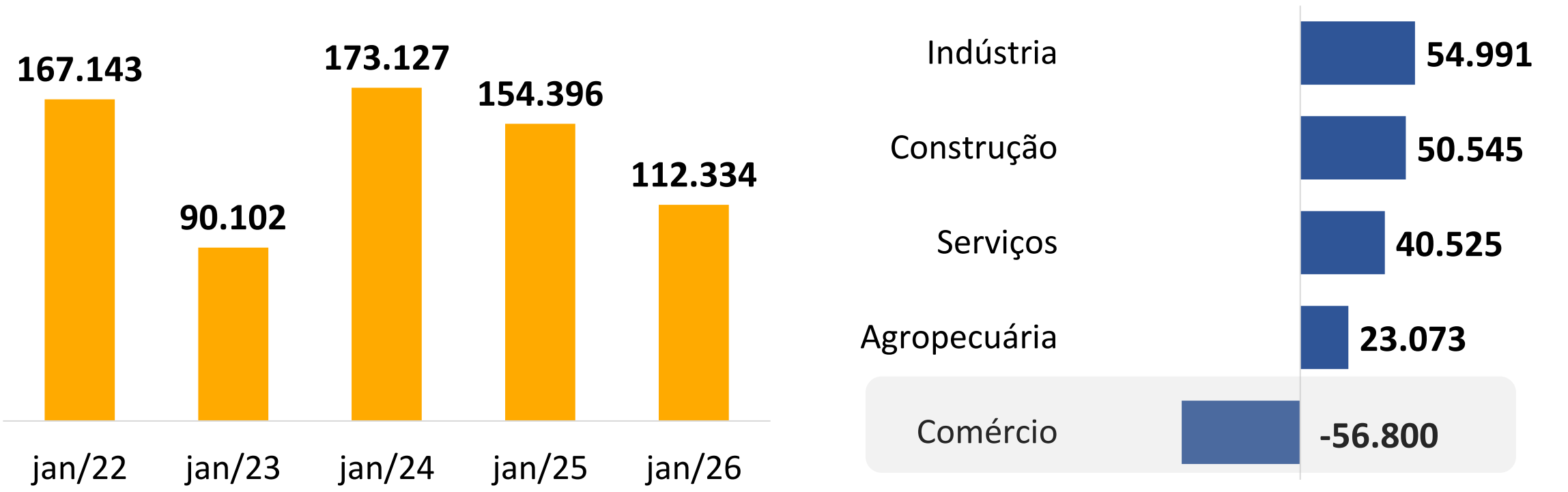
Criação de vagas formais

Meses de janeiro



Dados por setor

Jan-26



INFLAÇÃO

IPCA desacelera e acumula alta de 3,8% nos 12 meses encerrados em janeiro; tensões geopolíticas lançam incerteza sobre câmbio e inflação



R\$ 5,3

Fechamento do dólar em 03-mar,

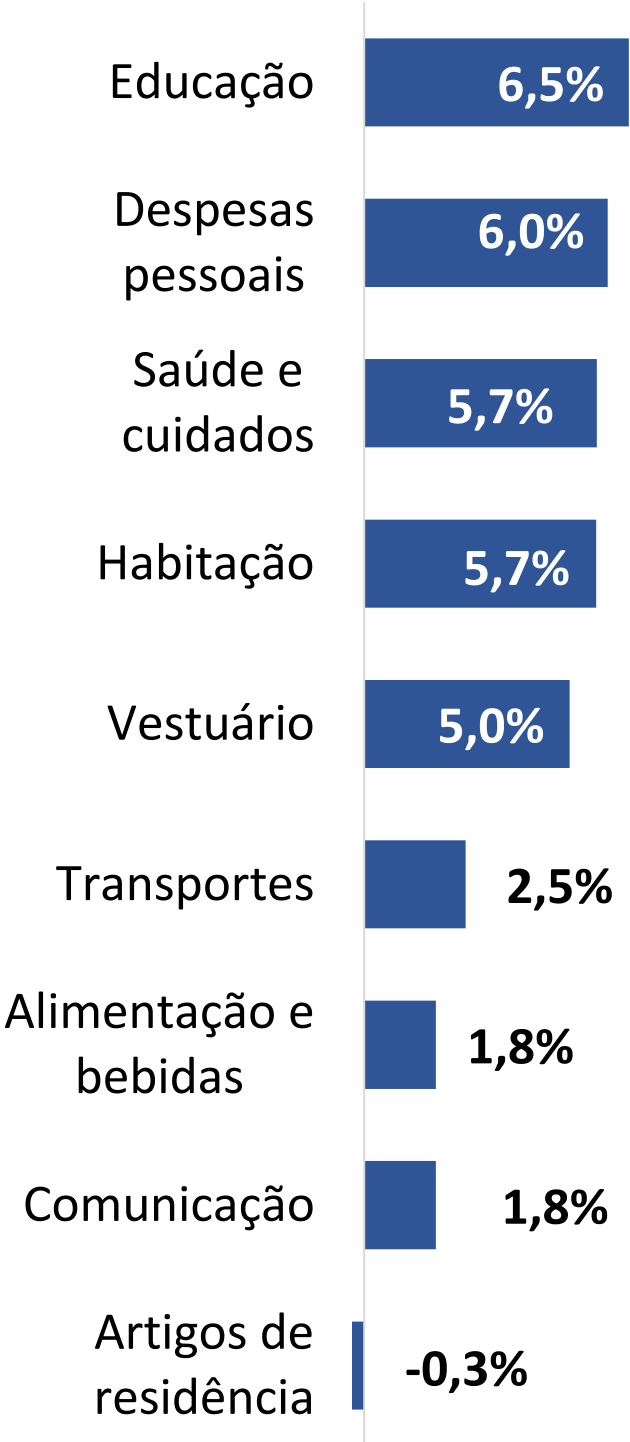


12,13%

Projeção do Boletim Focus para a taxa SELIC em dez-26

IPCA por itens

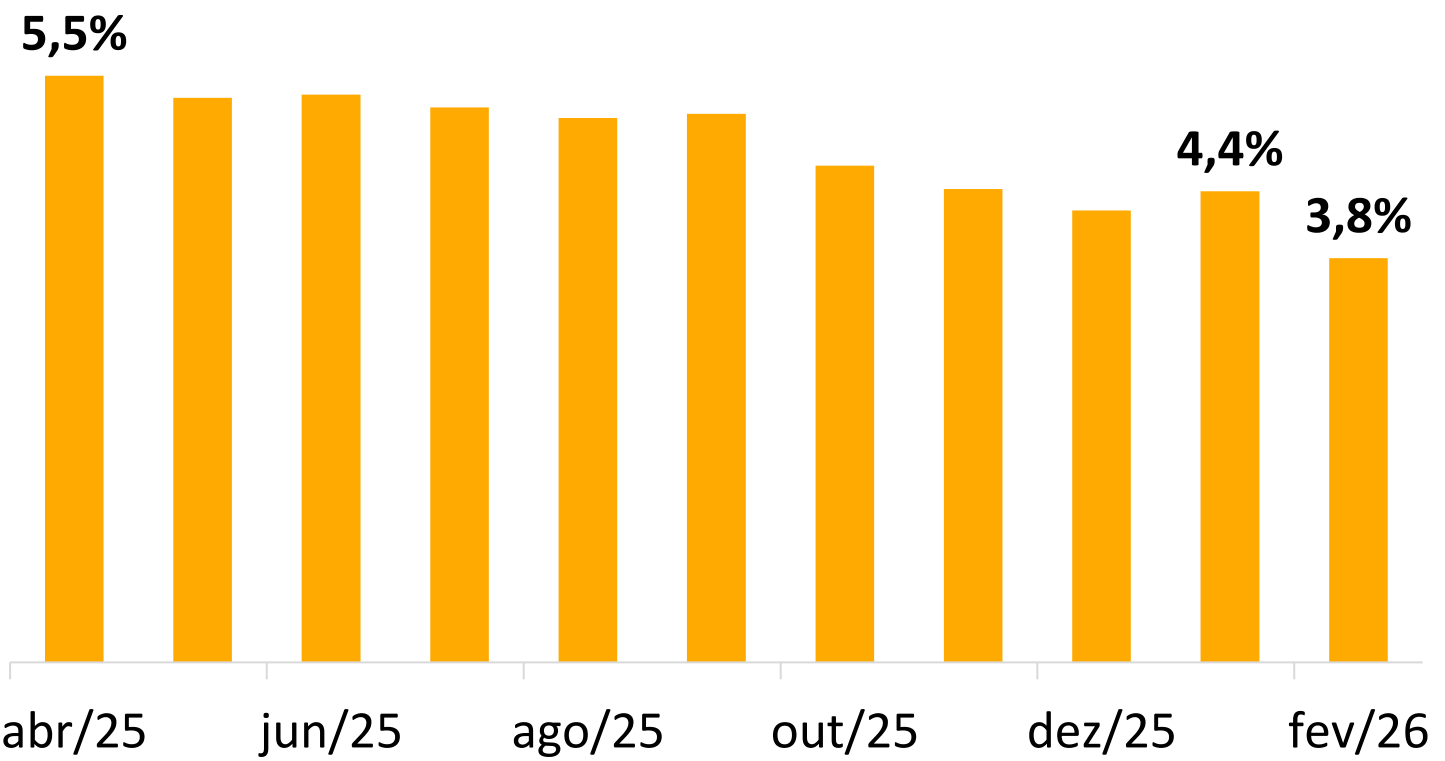
Acumulado em 12 meses



No acumulado dos 12 meses encerrados em fevereiro de 2025, a inflação oficial medida pelo IBGE registrou alta de 3,81%. No acumulado dos 12 meses encerrados em janeiro, alta foi de 4,4%. Esses resultados mostram uma desaceleração expressiva do ritmo de crescimento dos preços no país. O detalhamento dos números grupos de bens e serviços revela ainda que os itens de Educação registraram a maior alta, com avanço de 6,5%. Na outra ponta, os “Artigos de residência” registraram recuo de 0,3%. As projeções do Boletim Focus de 09 de março indicam que o IPCA deverá encerrar o ano com variação de 3,91%, abaixo da meta. Nas últimas semanas, porém, a elevação das tensões geopolíticas e o início de mais uma guerra no Oriente Médio elevou o preço do petróleo, afetou o cotação do dólar e, com isso, trouxe temores de um novo repique inflacionário, com consequências para a política de juros. No início de março, o dólar chegou a R\$ 5,3, recuando mais recentemente com a perspectiva do fim do conflito.

IPCA

Acumulado em 12 meses



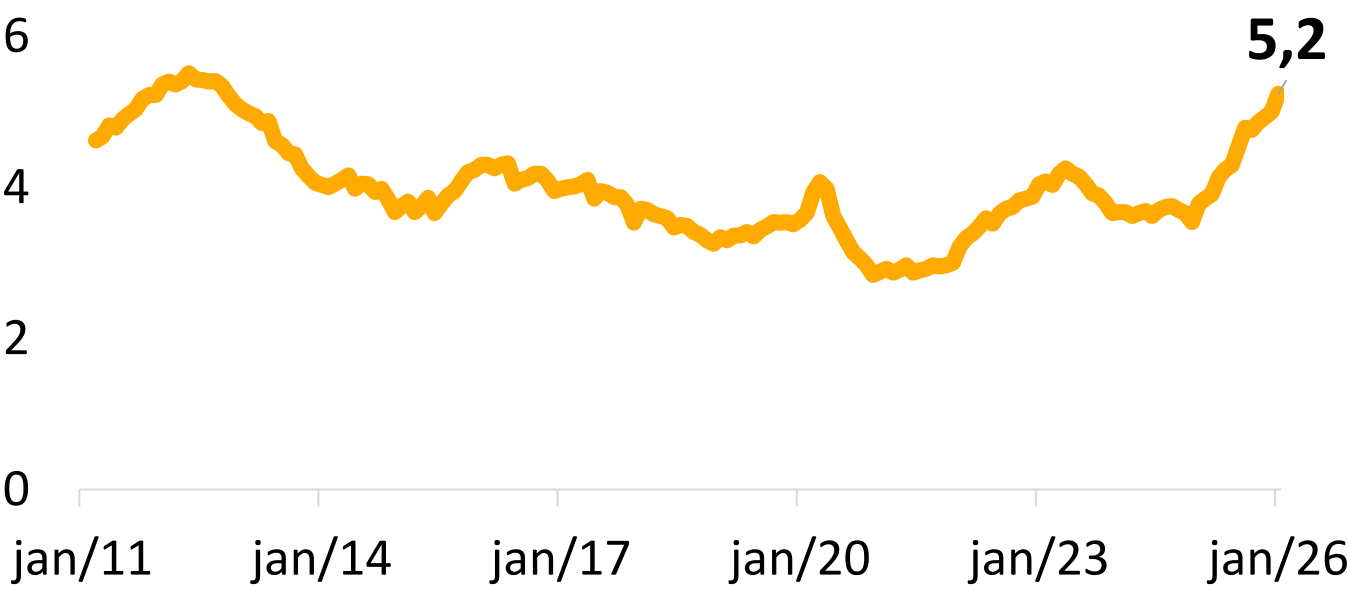
MERCADO DE CRÉDITO

Taxa de inadimplência bancária apurada pelo Banco Central chega a 5,2% e alcança o maior patamar desde 2012; projeções indicam crescimento do crédito em 2026

Dados do Banco Central mostram que, em janeiro de 2025, a taxa de inadimplência bancária chegou 5,2%, alcançando o maior valor desde 2012. Essa taxa é calculada como a proporção do saldo de crédito com atraso superior a 90 dias e corrobora os números do Indicador de Inadimplência do SPC Brasil e da CNDL, que mostram níveis recordes para o número de negativados no país. Ainda assim, o saldo de crédito, que representa a soma dos valores em aberto, vencidos ou a vencer, das operações feitas por meio do sistema financeiro nacional segue crescendo. Na comparação entre janeiro de 2026 e o mesmo mês do ano anterior, o avanço foi de 11,1% no segmento de pessoas físicas e de 8,3% no segmento de pessoas jurídicas. As projeções atualizadas pelo Banco Central apontam que, em 2026, o saldo de crédito deverá crescer 9,0% no segmento de PF e 7,9% no segmento de empresas. Nos dois casos, o ritmo seria menor do que o observado em 2025. Para a inadimplência, o cenário ainda exige cautela: as projeções feitas por instituições financeiras sugerem que os atrasos atingiram um pico, devendo apresentar apenas uma ligeira queda ao longo do ano.

Taxa de inadimplência PF

% do saldo de crédito a pessoas físicas com atraso superior a 90 dias



R\$ 4,42 tri

Saldo de crédito a Pessoas Físicas em jan-26



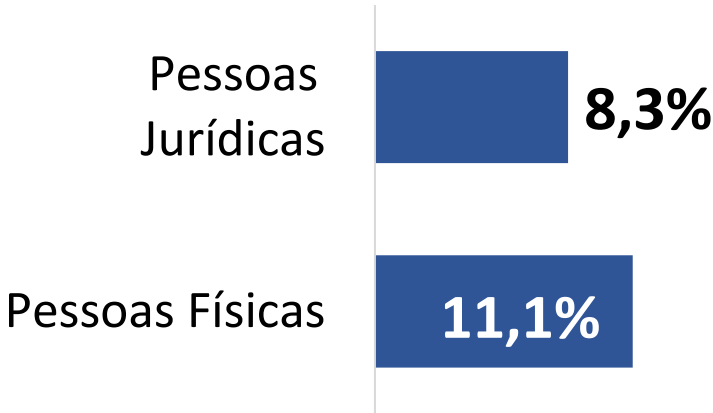
R\$ 2,70 tri

Saldo de crédito a Pessoas Jurídicas em jan-26



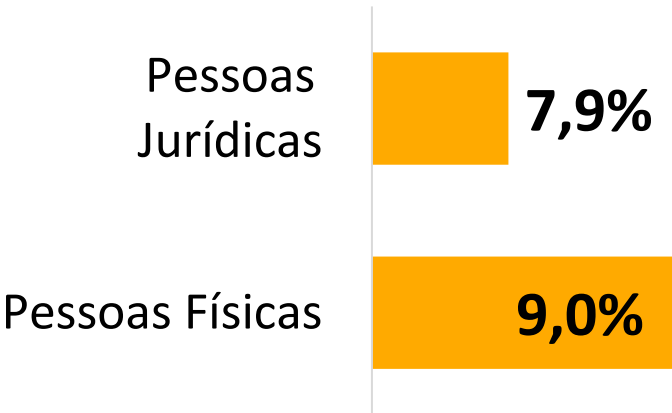
Crescimento do saldo de crédito

Jan-26 ante jan-25



Projeções para o saldo de crédito em 2026

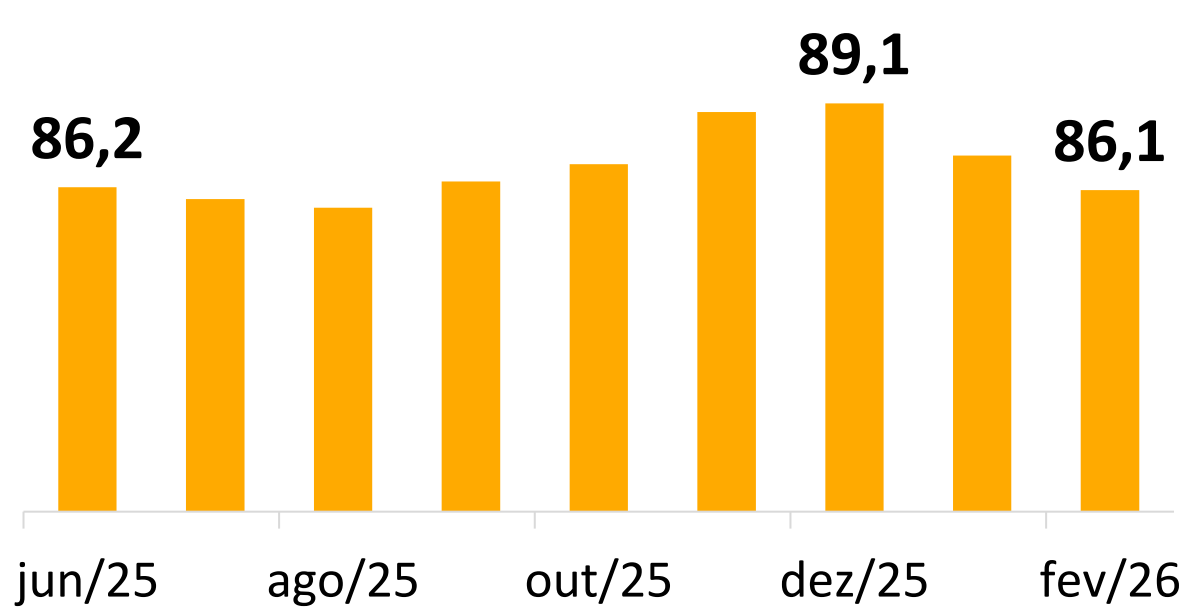
Jan-26 ante jan-25



TERMÔMETRO DO CONSUMIDOR

Em fevereiro de 2026, confiança do consumidor recua para 86,1 pontos; sondagem da CNC capta melhora na percepção dos consumidores sobre crédito e consumo

Indicador de Confiança do Consumidor
Número índice (zero a 200)



Depois de alcançar 89,1 pontos em dezembro de 2025, o Indicador de Confiança dos Consumidores recuou pela segunda vez consecutiva e marcou, em fevereiro de 2026, 86,1 pontos. Para comparação, em fevereiro de 2025, o resultado foi de 85,1 pontos. Esse indicador tem escala de zero a 200 pontos; acima de 100, indica otimismo prevalecente. Os dados são apurados pela FGV.

Complementando o indicador de Confiança, dados do indicador de Intenção de Consumo, da CNC, mostram que, em janeiro de 2026, quatro de sete dimensões apresentam uma avaliação melhor dos consumidores do que em janeiro de 2025. É o caso do nível de consumo atual e da perspectiva de consumo e do acesso ao crédito e momento para duráveis. Vale observar que essa última dimensão, apesar do crescimento expressivo de 10,6%, apresenta a pontuação mais baixa entre os demais quesitos avaliados pelo consumidor.

Indicador de Intenção de Consumo – CNC

Variação mensal: jan-26 ante jan-25 | Variação anual: jan-26 ante jan-25

	Variação anual	Variação mensal
Emprego Atual	-0,3%	-0,7%
Renda Atual	-1,0%	-0,7%
Nível de Consumo Atual	+2,0%	+1,7%
Perspectiva Profissional	-5,2%	+0,5%
Perspectiva de Consumo	+0,9%	+1,2%
Acesso ao crédito	+8,6%	+1,2%
Momento para Duráveis	+10,6%	+4,0%
ICF	+1,5%	+0,6%

INDICADOR DE INADIMPLÊNCIA

Número de consumidores negativados cresce 10,2% em fevereiro de 2026, na comparação com o mesmo mês do ano anterior; valor médio devido por negativado chegou a R\$ 4.992



73,74 mi

Estimativa do número de negativados em fev-25



44,1%

Percentual da população adulta negativada



R\$ 4.992

Valor médio devido no segmento de PF

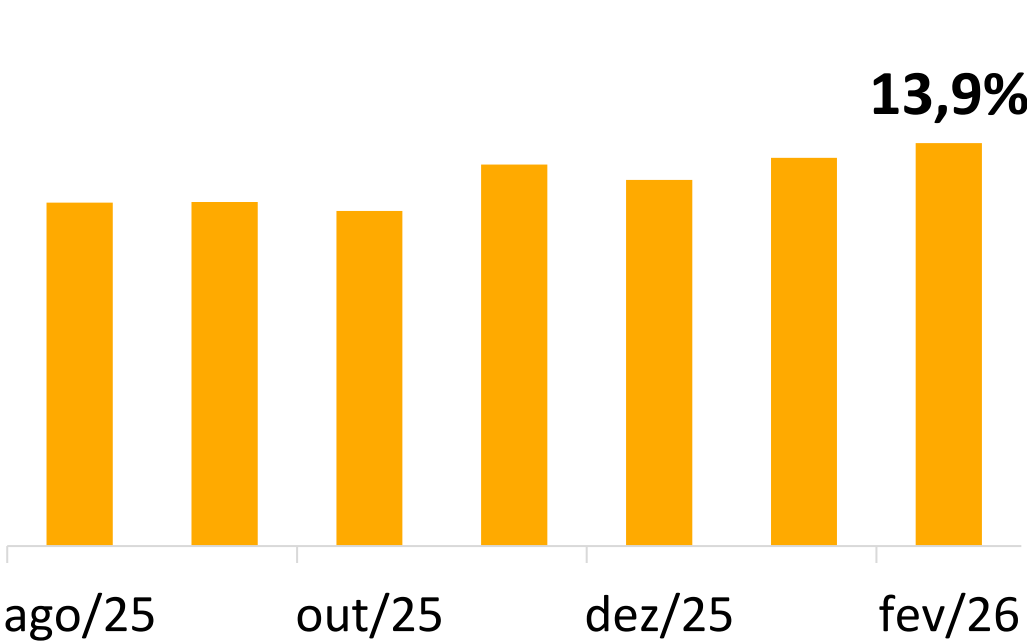
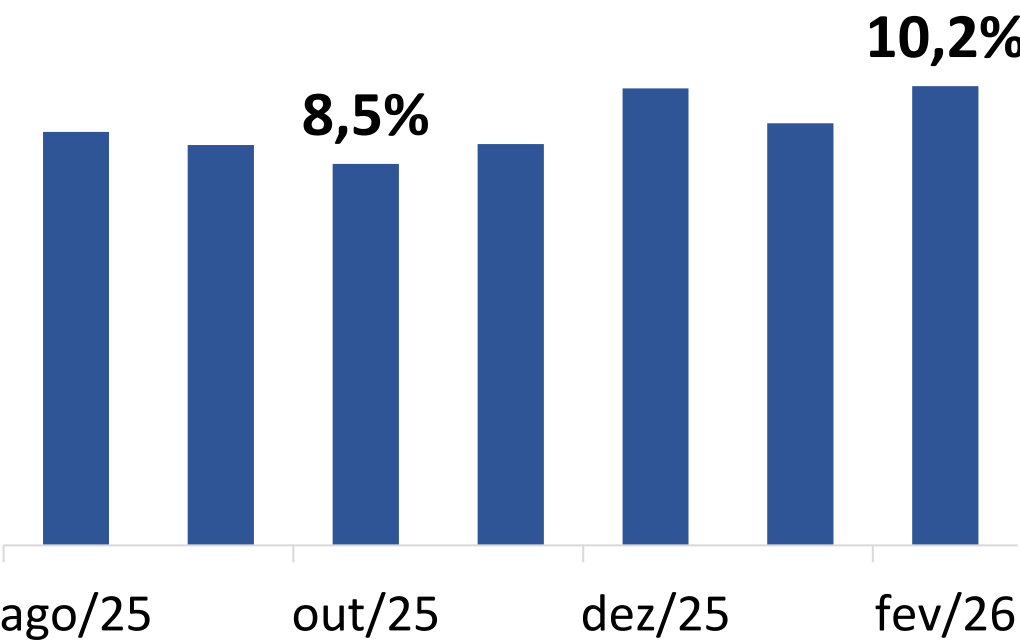
Dados do Indicador de Inadimplência apurado pela CNDL e pelo SPC Brasil mostram que, em fevereiro de 2026, o número de consumidores negativados cresceu 10,2% no Brasil, na comparação com fevereiro de 2025. O resultado mostra que o ritmo de crescimento da inadimplência segue elevado no país. Em termos absolutos, a estimativa do número de negativados chegou a 73,74 milhões, o que representa 44% da população adulta. Os dados do indicador mostram ainda que o valor médio devido por negativado, considerando a soma de todas as dívidas, chegou a R\$ 4.992 em fevereiro. O avanço da inadimplência ganhou força desde o 2025, mesmo em um contexto de crescimento da renda e queda do desemprego. No segmento de empresas, o número de negativados também cresce de maneira expressiva. Na comparação entre fevereiro de 2026 e o mesmo mês do ano anterior, o número de pessoas jurídicas negativadas cresceu 13,9%.

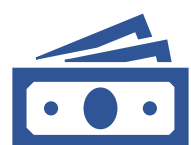
Crescimento da Inadimplência

Variação do número de negativados entre o mês e o mesmo mês do ano anterior

CONSUMIDORES (PF)

EMPRESAS (PJ)





MEIOS DE PAGAMENTO

PIX é o meio de pagamento mais utilizado por 80% dos consumidores

O PIX consolidou-se como o protagonista absoluto do mercado, sendo utilizado por 80% dos consumidores como principal meio de pagamento no dia a dia. Sua ascensão é marcada por um crescimento expressivo em todos os canais de consumo.

Quando avaliado os meios de pagamento mais utilizados por canais de compra, nas lojas físicas o PIX é utilizado principalmente por 41% dos consumidores, um aumento de 8 pontos percentuais em relação a 2025. Nas lojas online o uso do PIX é ainda maior, sendo prioridade para 55% dos entrevistados, com um aumento também de 8 pontos percentuais em relação ao ano passado.

[Confira a pesquisa](#)

A rapidez e praticidade são os maiores atrativos para o uso (69%), mas o ecossistema já evolui para funções mais complexas, como o PIX Parcelado, já utilizado por 38% dos usuários, e o agendamento de contas (36%), desafiando diretamente o território tradicional do cartão de crédito.

97% dos entrevistados possuem conta bancária. O modelo híbrido domina (55%), e as contas exclusivamente digitais (23%) já superam as exclusivamente físicas (20%), com forte adesão do público jovem.

O fator determinante na escolha do pagamento é a segurança e o medo de golpes (43%), superando a busca por velocidade e praticidade (34%).

- 68% dos entrevistados temem sofrer golpes, apesar de a incidência real de fraudes ser de apenas 7%.
- Para o futuro, os brasileiros apostam na continuidade da dominância do PIX (36%) e na integração de meios digitais como biometria e pagamentos via relógio (26%).
- 46% dos entrevistados já aceitariam o reconhecimento facial em estabelecimentos comerciais para economizar tempo no checkout.

Oito em cada dez consumidores (86%) já utilizaram QR Code na hora de pagar alguma compra ou conta. As principais razões destacadas são:

- (54%) rapidez
- (44%) evitar a digitação manual de chaves
- 38% ampla aceitação no comércio

CONGRESSO NACIONAL

Pós carnaval

O mês de março é marcado pelo início da “janela partidária”, em que deputados federais, estaduais e distritais poderão trocar de partido sem risco de perder o mandato. A chamada janela partidária segue até 5 de abril e ao menos 80 deputados já sinalizam intenções de disputar outros cargos.

De interesse do Setor de Comércio e Serviços, destacamos os seguintes andamentos:

Correção da Tributação sobre às entidades sem fins lucrativos

Resolvido em 60 dias.

Ainda na última semana de 2025, o Governo Federal sancionou a Lei Complementar 224/2025 que reduziu em 10% os benefícios fiscais, como medida de compensação para os gastos tributários previstos na Lei Orçamentária de 2026.

A LC, além de aumentar gradualmente a alíquota incidente sobre a receita bruta das casas de apostas (Bets), que será de 13% em 2026, 14% em 2027 e 15% a partir de 2028; também trouxe graves preocupações para o setor de comércio e serviços:

- o aumento desproporcional da tributação sobre as fintechs; e
- o fim da isenção sobre tributos federais para as entidades sem fins lucrativos que não são entidades beneficentes de assistência social, Organizações Sociais (OS) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

CONGRESSO NACIONAL

Correção da Tributação sobre às entidades sem fins lucrativo

Situação: Sobre a isenção para as entidades sem fins lucrativos, após mobilização da CNDL e FCS, as atividades fins seguem isentas, após mobilização da CNDL, a RFB publicou a **Instrução Normativa da RFB n. 2307 de 23 de fevereiro de 2026**, que prevê expressamente às entidades sem fins lucrativos a isenção sobre os atuais impostos IR, CSLL e COFINS previstos na LC 224/2025. Todavia, as atividades meio merece a tenção e diálogo com os respectivos contadores.

Ainda sobre o tema, a CNDL apoia o **PLP 11/2026**, de autoria do Senador Flávio Arns (PSB/PR), visa garantir a isenção integral de tributos federais para entidades sem fins lucrativos do Terceiro Setor. A proposta altera a referida Lei Complementar 224/2025 e assegura esse direito independentemente de qualificações específicas como OS, OSCIP ou CEBAS, mantendo o benefício fiscal.

Situação: estamos mobilizando apoio em torno da aprovação pelo Senado e posteriormente pela Câmara dos Deputados.

CONGRESSO NACIONAL

O fim da escala 6x1

O debate sobre o fim da escala de trabalho 6x1, continua em alta em 2026 como sendo um dos principais temas para o debate público e eleitoreiro.

O setor produtivo tem grandes preocupações com a medida, pois a realidade produtiva do país não está preparada para dar sustentabilidade à proposta, nesse contexto, estudos já estão sendo apresentados e no mês passado a CNDL publicou **Nota de Repúdio**, porém o movimento cresceu e nesse mês de março tema continuou com prioridade nas pauta.

As Frentes Parlamentares do Setor Produtivo no Congresso Nacional, no dia 03 de março, na reunião-almoço da Frente Parlamentar do Agro, foi lançado o **“Manifesto pela Modernização da Jornada de Trabalho no Brasil”**, elaborado com o objetivo de orientar um debate técnico, responsável e alinhado aos princípios de segurança jurídica, econômica e social e que o aprofundamento e votação desta pauta ocorra fora do ambiente de disputas eleitorais. O Manifesto subscrito pelos parlamentares de várias Frentes Parlamentares do setor produtivo, contou também com a subscrição de entidades do setor, incluindo a CNDL.

O fim da escala 6x1

Ainda nesse mês, dia 18, a CNDL se reuniu pessoalmente tanto com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, Dep. Leur Lomanto Júnior (União – BA), quanto com o relator na CCJ da PEC 221/2019 que trata do tema, o Dep. Paulo Azi (União-BA), com o objetivo de apresentar a preocupação e manifestos do setor.

CONGRESSO NACIONAL

Permissão para o trabalho aos feriados

Não entrou em vigor no dia 01 de março. No final de fevereiro, 26/02, foi publicada a aguardada Portaria MTE nº 356, de 25 de fevereiro de 2026 que cria o Grupo de Trabalho denominado GT Comércio Varejista e que prorrogou pelo prazo de 90 dias o início da vigência da Portaria MTE nº 3.665, de 13

de novembro de 2023, que trata do trabalho aos feriados por meio de acordo coletivo, que tinha previsto a entrada em vigor nesse mês, dia 01 de março de 2026. Com a medida segue vigente a possibilidade dos acordos individuais.

Além disso, o “GT Comércio Varejista” no âmbito do Ministério do Trabalho garantiu a participação, entre os membros, da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs), na qual a CNDL é associada e estará representada.

Reitera-se que já na primeira semana de fevereiro a CNDL se reuniu com a Frente Parlamentar do Comércio e Serviços e tratou do tema prioritário.

Paralelamente, apoiamos à aprovação do PL 5552/2023 que altera a Lei de nº 605 de 1949; a Lei nº 10.101 de 2000; a Lei nº 13.874 de 2019. Visa garantir o trabalho aos feriados por meio de acordo individual.

O PL está em tramitação, foi apensado a outro com o mesmo tema, mas pela FCS solicitamos a desapensação. É necessário para segurança jurídica em relação a Portaria MTE 3665/2023.

CONGRESSO NACIONAL

Aumento do Teto do Simples Nacional

Na noite do dia 17 de março, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade o REQ 3624/2023 que requer, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno, tramitação sob o regime urgência do Projeto de Lei Complementar nº 108/21.

Ementa: Altera a LC nº 123/2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados, de autoria do Senador Jayme Campos (UNIÃO/MT).

Para a CNDL, a aprovação do requerimento de urgência é um passo muito importante na conquista desse pleito em debate e que há anos enfrenta muitas resistências, mas também alerta e se posiciona favorável ao parecer apresentado que trata do aumento do teto com a atualização dos valores sobre a tabela do Simples Nacional como um todo, não apenas ao MEI.

Além disso, a CNDL, agradece o trabalho incansável dos parlamentares membros e dos respectivos presidentes das Frentes Parlamentares do Comércio e Serviços, Dep. Domingos Sávio (PL-MG) e da Micro e Pequena Empresa, Dep. Jorge Goetten (Rep-SC), no Congresso Nacional na defesa da pauta.

Próximos passos: aguarda a definição de acordo e votação no Plenário da Câmara dos Deputados quanto ao mérito do PLP 108/2021, sem data definida ainda.

Link do PLP: <https://tinyurl.com/ywhkd7f4>



www.cndl.org.br